

ENERGIAS RENOVÁVEIS

GUIA DE LEGISLAÇÕES E NORMATIVAS LOCAIS - BRASIL

NORMAS PARA INSTALAÇÕES DE PAINÉIS SOLARES

ABNT NBR 11704 – Sistemas Fotovoltaicos

Esta norma classifica os sistemas de conversão fotovoltaica de energia solar em elétrica.

ABNT NBR 11876 – Módulos Fotovoltaicos

Esta norma especifica os requisitos exigíveis e os critérios para aceitação de módulos fotovoltaicos para uso terrestre, de construção plana e sem concentradores, que utilizem dispositivos fotovoltaicos como componentes ativos para converter diretamente a energia solar radiante em elétrica

ABNT NBR IEC 62116 - Procedimento de ensaio de anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica

Fornecer um procedimento de ensaio para avaliar o desempenho das medidas de prevenção de ilhamento utilizadas em sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica.

ABNT NBR 16149 - Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição

Estabelece as recomendações específicas para a interface de conexão entre os sistemas fotovoltaicos e a rede de distribuição de energia elétrica e estabelece seus requisitos;

ABNT NBR 16150 - Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição - Procedimento de ensaio de conformidade

Especifica os procedimentos de ensaio para verificar se os equipamentos utilizados na interface de conexão entre o sistema fotovoltaico e a rede de distribuição de energia estão em conformidade com os requisitos da ABNT NBR 16149.

ABNT NBR 16274 - Requisitos mínimos para documentação, ensaios de comissionamento, inspeção e avaliação de desempenho

Estabelece as informações e a documentação mínimas que devem ser compiladas após a instalação de um sistema fotovoltaico conectado à rede. Também descreve a documentação, os ensaios de comissionamento e os critérios de inspeção necessários para avaliar a segurança da instalação e a correta operação do sistema.

NORMAS PARA INSTALAÇÕES DE PAINÉIS DE AQUECIMENTO SOLAR**ABNT NBR 15569 – Sistema de aquecimento solar de água em circuito direto**

Projeto e instalação: Esta norma estabelece os requisitos para o Sistema de Aquecimento Solar (SAS), considerando aspectos de concepção, dimensionamento, arranjo hidráulico, instalação e manutenção, onde o fluido de transporte é a água.

ABNT NBR 15747-1 – Sistemas coletores térmicos e seus componentes

Esta norma especifica os requisitos de durabilidade (incluindo resistência mecânica), confiabilidade, segurança e desempenho térmico dos coletores solares de aquecimento de líquidos.

ABNT NBR 15747-2 – Sistemas coletores térmicos e seus componentes

Esta norma especifica os métodos de ensaio para a validação dos requisitos de durabilidade, confiabilidade e segurança e desempenho térmico dos coletores solares de aquecimento de líquidos, especificados na ABNT 15747-1.

LEGISLAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE HIDRÉLETRICAS**Resolução Conjunta SEMA/IAP n° 09/10;**

Estabelece procedimentos para licenciamentos de unidades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná.

Resolução Conjunta SEMA/IAP n° 04/12;

Inserir alterações a Resolução Conjunta SEMA/IAP n° 09/10

Resolução CEMA n° 065/08

Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.

MP 2.166/01

Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.

Leis 7.803/89, altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.

9.985/00, regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências

7.804/89, altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.

8.028/90, altera a organização do governo o que implica na Secretária do Meio Ambiente

9.960/00, institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, e dá outras providências

9.966/00, dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências

9.984/00; dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

10.165/00; Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

Decreto 3.942/01;

Sobre alterações na redação que determina o que é e o que integra o Plenário do CONAMA

Resolução CONAMA 01/86 – EIA/RIMA; dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental

Resolução CONAMA 06/87; dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica

Resolução CONAMA 09/87; dispõe sobre a questão de audiências Públicas

Resolução CONAMA 237/97; regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente

Resolução CONAMA 275/01; estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva

Resolução CONAMA 279/01; estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental

Resolução CONAMA 302/02 e 303/02; dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno |
dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente

Resolução CONAMA 307/02; estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil

Resolução CONAMA 313/02; dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais

Resolução CONAMA 357/05; dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências

Resolução CONAMA 362/05; dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado

Resolução CONAMA 369/06; dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP

Resolução CNRH 16/01; dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos

Resolução CNRH Nº37/04; estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União

Resolução ANA Nº 707/04; dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.

Portaria MINTER 53/79; dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos

Portaria MINTER 124/80; estabelece normas para a localização de indústrias potencialmente poluidoras junto às coleções hídricas.

Instrução Normativa IBAMA 96/06; dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais

Instrução Normativa IBAMA 43/04; sobre atividades pesqueiras em águas continentais

NORMATIVAS OU LEGISLAÇÕES REFERENTES A ENERGIA MAREMOTRIZ

Não há no momento normas ou legislações estabelecidas especificamente para Energia Maremotriz, a Planta instalada no litoral cearense está sobre responsabilidade e estudo da ANEEL.